



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual.

APONTAMENTOS SOBRE A CATEGORIA GÊNERO: TENSÕES E DESAFIOS

Leonardo Nogueira Alves¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo explicitar os avanços e retrocessos que o uso corrente da categoria gênero provocou nos últimos anos. Para isso, procura demonstrar o surgimento desta categoria de análise e seus desdobramentos a partir da crítica do pensamento feminista inspirado no materialismo histórico e dialético. Por fim, caracteriza alguns aspectos que demonstram os limites e as possibilidades do uso da categoria gênero no campo da produção do conhecimento, das políticas públicas e dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Gênero. Estudos de gênero. Ordem patriarcal de gênero.

NOTES ON GENDER CATEGORY: TENSIONS AND CHALLENGES

Abstract

This paper aims to explain the advances and setbacks that the current use of gender category led in recent years. For this, seeks to demonstrate the emergence of this category of analysis and its consequences from the critique of feminist thought inspired by the historical and dialectical materialism. Finally, it features some aspects that demonstrate the limits and the possibilities of using the gender category in the field of knowledge production, public policy and social movements.

Keywords: Gender. Gender studies. Patriarchal gender order.

Introdução:

A utilização da categoria gênero é marcada por tensões, desde sua origem até os dias atuais. Distintas abordagens teóricas incorporaram a noção de gênero/relações de gênero como forma de explicitar que as desigualdades entre homens e mulheres não é um destino biológico imutável. Para isso, repor a centralidade dos aspectos sociais e culturais tem sido o caminho que negou e nega o determinismo biológico.

Contudo, o surgimento desta categoria está atrelado ao contexto da intitulada crise dos paradigmas da modernidade que impactaram diretamente nas meta-narrativas que vislumbram uma percepção universal da realidade social. Neste contexto, a perspectiva de análise legada por Marx e pela tradição marxista é acusada de ser anacrônica para compreender a dinâmica da sociedade pós-1960. O destaque que as relações de gênero, sexualidade, “raça”/etnia e meio ambiente, por exemplo, ganham na

¹ Graduado em Serviço Social (UFVJM) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ. E-mail: <leo.ssoufvjm@gmail.com>.

conjuntura é incorporada pelos/as estudiosos/as da pós-modernidade como superação do antagonismo fundamental das classes sociais na sociedade capitalista.

Neste sentido, a incorporação dos estudos de gênero tem sido um campo de disputas, notadamente entre os/as teóricos/as marxistas e pós-estruturalistas. Dessa forma, é possível destacar que se com os estudos de gênero houve significativos avanços para desnaturalizar as relações de dominação/exploração entre homens e mulheres, também é necessário salientar que há limites quanto ao uso deliberado da categoria gênero. Tais limites estão prioritariamente vinculados ao modo de conceber as questões de gênero desarticulado do desenvolvimento histórico do ser social, inclusive, ignorando que a sociedade em que impera o reino das mercadorias produz alienação e exploração da força de trabalho como condição necessária para sua existência.

Além disso, invisibilizar os vínculos umbilicais que classe e gênero possuem contribui para escamotear a relação espúria entre estes para garantir melhores condições da produção e reprodução capitalista. Feito estas considerações, demonstraremos alguns aspectos que podem ser apreendidos como avanços e limites no uso da categoria gênero.

Breves considerações acerca da categoria gênero

O termo “gênero” foi utilizado em meados da década de 1970, com o objetivo de substituir os estudos sobre “mulheres” [*women's studies*] em voga até este período. Acusando os estudos sobre as mulheres serem profundamente essencialistas, a construção teórica em torno do gênero visava contrapor as explicações biologizantes sobre as diferenças entre homens e mulheres e abarcar os estudos sobre sexualidade, expressões de masculinidades e feminilidades. O cenário colocado, especialmente no contexto estadunidense, buscava construir uma categoria de análise mais fluida, inclusive problematizando a categoria “patriarcado” – considerado como um modo a-histórico (e totalizante) para compreender as diversas experiências vivenciadas por homens e mulheres.

Os estudos de gênero (*gender studies*) estão inseridos num contexto em que a crise político-econômica dos anos 1960/1970 impactou diretamente no pensamento social. A chamada “crise dos paradigmas” e das grandes teorias da modernidade repercutiu nos estudos de gênero². Com a necessidade de negar os estudos sobre as

² A partir de 1970 se instaura um debate compreendido como “crise de paradigmas”, na qual os pressupostos das teorias modernas eram questionados, especialmente o marxismo, entendido

mulheres (fortemente influenciados pelo estruturalismo³), as formulações de gênero são influenciadas pelas ideias que relativizam as relações de poder, o papel do Estado, invocam uma perspectiva individualista dos sujeitos, negam o movimento da tríade singularidade-particularidade-universalidade.

Para as correntes pós-estruturalistas (que hegemonomizam este debate) a ideia de universalidade das relações de exploração-dominação (por exemplo: noção de sistema capitalista – burguesia/proletariado, patriarcado – homem/mulher) torna-se totalizante e inconsistente, a exemplo da possibilidade de encararmos a sociedade como uma experiência universal de relações “patriarcais-racistas-capitalistas”, conforme Saffioti (2004).

Em suma, para esta corrente há uma ênfase na experiência do singular e do particular diante de uma caracterização mais global. Assim a categoria gênero foi se tornando mais palatável à medida que se distanciava da explicitação das relações de poder, conforme Cisne (2013) percebe.

No Brasil, a inserção do conceito de gênero se generaliza na década de 1990, a partir da tradução do artigo de Joan Scott, professora da Escola de Ciências Sociais do Instituto de Altos Estudos de Princeton, Nova Jersey. O artigo intitulado “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”⁴ foi publicado na revista “Educação e Realidade” da UFRGS e influenciou a grande parte dos estudos de gênero posteriores.

Contudo, compreender as relações sociais de gênero numa perspectiva do materialismo histórico dialético pressupõe a análise da totalidade e a constante apreensão e denúncia das relações de dominação-exploração. O estudo das relações sociais de gênero não podem se furtar de explicitação das relações de opressão entre

mecanicamente como teoria determinista e economicista. Abre um cenário para adoção de caminhos alternativos para conhecer a realidade, produzir conhecimento, assim como novas formas de enfrentamento e lutas contra as diversas formas de opressão, que até então não eram abordadas nas organizações de esquerda tradicionais, tais como partidos, sindicatos etc. Simionato (2009, p. 06) aponta que, a razão dialética [...] é desqualificada em favor das tendências fragmentárias e em detrimento dos sistemas globalizantes e explicações de mundo. Assim, tem-se a centralidade na produção do conhecimento a partir do discurso, das relações de micro poder, no passageiro/efêmero, em abordagens individuais e culturalistas etc. Para Santos (1996), é neste contexto que se instaura uma profunda revisão do marxismo, inaugurando inúmeras correntes pós-marxistas. Noutra direção, Harvey (2012) aponta que estas correntes tendem a omitir uma noção de poder global, ou seja, há uma dispersão da ideia de poder e consequentemente do sujeito e das formas de resistência.

³ “O programa estruturalista consiste, essencialmente, na afirmação de que – sendo a realidade social um conjunto de sistemas simbólicos ou de formas de comunicação – o método capaz de torna-la inteligível é aquele próprio da linguística moderna; as ciências humanas, ou aquilo que deve substituí-las, tornam-se disciplinas particulares no interior de uma semiologia geral” (COUTINHO, 2010, p. 78).

⁴ Título Original: “Gender: a useful category of historical analysis”.

homens e mulheres. Do mesmo modo, tais estudos não podem prescindir de uma “análise concreta da realidade concreta”, ou seja, não podem ignorar os imperativos da sociedade do capital que conformam um modelo de relações sociais determinado pela sua lógica.

É neste sentido que a incorporação crítica dos estudos de gênero pode ser apreendida no legado de Heleieth Saffioti. Ela também pressupõe, conforme Lukács, que há uma relação de interação entre as esferas do ser social. Para ela, existe “[...] um vínculo orgânico entre as três esferas ontológicas uma só unidade [...] o gênero não se reduz ao sexo, da mesma forma como é impensável o sexo como fenômeno puramente biológico” (SAFFIOTI, 2004, p. 135).

Além disso, o pensamento de Saffioti articula gênero e patriarcado como ferramentas de análise que não podem ser tomadas separadamente. Ao criticar que o uso do gênero, em substituição aos estudos sobre mulheres, acarretaria uma excessiva generalidade, tendo em vista se tratar de um termo polissêmico e conjunturalmente mais palatável para aqueles que criticavam os estudos feministas, Saffioti (2004) cunhou a expressão “ordem patriarcal de gênero”.

Não se trata apenas de um capricho teórico, mas de uma formulação que identifica que as relações sociais entre pessoas, entre gênero humano, é uma condição necessária para a existência da humanidade. Ou seja, as relações sociais de gênero são insuprimíveis, pois se tratam de relações do gênero humano. Entretanto, o patriarcado seria considerado um momento específico das relações sociais de gênero em que a humanidade vivencia a experiência de relações de dominação-exploração das mulheres. Ou seja, a ideia de “ordem patriarcal de gênero” pode ser compreendida como as relações sociais de gênero sob a hegemonia do patriarcado.

Gênero: limites e possibilidades no uso de uma categoria

A utilização da categoria gênero é marcada por contradições, ou de acordo com Piscitelli (1997) “ambivalências”. A revisão bibliográfica realizada para este estudo possibilitou identificarmos alguns limites e possibilidades no uso da categoria “gênero/relações de gênero”.

Cabe ressaltar, que tais limites e possibilidades dizem respeito principalmente ao uso da categoria gênero pelas perspectivas pós-modernas e pós-estruturalistas que optaram por uma reflexão que inutiliza o conceito de patriarcado em suas análises, tal

como Scott (1989). Assim, a categoria gênero, compreendida por Saffioti (2004) com uma categoria histórica e ontológica associada ao patriarcado, conformando a “ordem patriarcal de gênero” não se vincula às críticas que faremos a seguir.

Gênero dissociado da compreensão do patriarcado possibilita maior aceitação desta categoria, pois concordamos com Saffioti (2004) ao afirmar que gênero por si só não explicita relações de poder. Das problemáticas teórico-analíticas podemos destacar a utilização da categoria gênero no campo estritamente descritivo, ou inclusive o seu completo abandono em detrimento da negação de qualquer modelo de identidade que pressupõe um sistema binário (masculino e feminino), sendo esta perspectiva legatária do pós-feminismo⁵.

De acordo com Castro (2001) podemos perceber que,

Ironicamente, o conceito de gênero, hoje, é congelado, reduzido a termo de posição, e, como tal, é peça chave no investimento das agências internacionais de apoio a um sistema de organizações não-governamentais que lidariam com direitos das mulheres, sem subverter, ao contrário, o edifício de relações sociais que se realizam no capitalismo e seus motores como hierarquia, competição e apropriação privada em proveito de alguns. (CASTRO, 2001, p. 98).

Esse movimento apontado por Castro (2001) é parte de um processo iniciado nos anos 1980 em que a produção ‘teórico-política’ acerca das relações de gênero foi fortemente influenciada pelas inúmeras críticas ao estruturalismo, ao propagado fim do marxismo e/ou da “crise de paradigmas da modernidade”, conforme defesa de Santos (1996).

Desse modo, percebemos que o deslocamento ideológico da produção teórico-política das relações de gênero da tradição marxista não é algo gestado apenas nas fronteiras do feminismo, seja no mundo acadêmico ou no movimento social. É, sobretudo, um processo desencadeado com a crise do socialismo real e a perda de referência nos projetos universais de emancipação – notadamente o socialismo, que produziram efeitos incontestáveis.

⁵ De acordo com Castro (2001, p. 98) o “pós-feminismo toma formato de movimento a partir de 1990 – não somente na Europa, onde se iniciara mas também nos EUA. Critica-se o que se identificaria como ‘postura feminista’, isto é, o ‘policiamento’ da sexualidade e a redução da mulher à vítima. E afasta-se de conceitos como patriarcado, das distinções entre o feminino e o masculino e da ênfase em relações entre tais constructos. Também se recusa o conceito de gênero, por considerar que levaria ao ocultamento da homo e da bissexualidade. Celebram-se as diferenças culturais (o que herda também do pós-estruturalismo) e, na esteira do pós-modernismo, rejeita-se o capitalismo, no plano discursivo e o marxismo, caricaturado como perspectiva ‘economicista’ e totalizante que, ao enfatizar a igualdade, tenderia a homogeneizar experiências e a considerar que só haveria um sujeito na revolução, o proletariado (aliás, revolução termo também abolido do léxico dos ‘pós’, seria uma ‘meta narrativa’ incompatível com uma ideologia que preza o “eterno presente””.

Sobre a centralidade nas diferenças (identidade, discursos e representações) em detrimento às causas da dominação (divisão sexual do trabalho, patriarcado, apropriação sexual), Castro (2001, p. 102) aponta que estas “[...] podem dar margem a posturas cínicas de descomprometimento com a barbárie do capitalismo atual, via postura *blasé*, de indiferença e distanciamento, ou por ocultamento de contradições, exploração de classe [...]”. Tais posturas reafirmam a necessidade de compreendermos a sociedade a partir da consubstancialidade das relações sociais de raça, classe e sexo, tal como discutido por Cisne (2013).

Feitas estas considerações no âmbito conjuntural, ressaltamos novamente a existência de limites e possibilidades no âmbito da categoria gênero. Dentre as possibilidades e potencialidades, observemos especialmente a crítica à concepção de subordinação natural das mulheres, a possibilidade de ampliação dos estudos numa perspectiva relacional, ou seja, a incorporação do campo de estudos das “masculinidades” e por fim, a efervescência na produção teórica que o surgimento deste conceito desencadeou.

No que diz respeito os limites ou “retrocessos” (CISNE, 2012), podemos explicitar a invisibilidade do sujeito político da luta feminista – as mulheres, o fato da categoria não explicitar relações de dominação/exploração, por último, e em decorrência dos outros dois, a manifestação de sua generalidade excessiva nas políticas públicas que sob o paradigma da “igualdade de gênero” tem gerado efeitos na vida das usuárias dessas políticas e no movimento feminista.

A primeira consideração acerca dos *aspectos positivos* da emergência e uso da categoria gênero é o seu potencial e objetivo de negar as abordagens biologizantes que se propunham a explicar as desigualdades entre homens e mulheres a partir das diferenças naturais. Scott (1989) aponta que a categoria gênero surge objetivando superar a visão do determinismo biológico.

Gênero passa a substituir palavras que pressupunham vínculo com a ideia de natureza, tais como, sexo e diferença sexual. Contraditoriamente, veremos que este aspecto também se manifesta de forma negativa. Observando ainda a potencialidade de crítica ao determinismo biológico, Louro (1997, p. 22) afirma que a categoria gênero visa enfatizar “[...] deliberadamente a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas”.

Noutro ângulo de análise, Saffioti (2004) afirma que mesmo coexistindo inúmeras perspectivas teórico-metodológicas no âmbito do uso da categoria gênero, existe um consenso, mesmo limitado, de que gênero seria a construção social do feminino e do masculino.

Outro aspecto relevante decorrente do uso da categoria gênero remete a possibilidade de aprofundar análises no campo relacional, que por sua vez, foi responsável por ampliar estudos no campo da masculinidade. Essa produção esteve fortemente associada à sexualidade. Os estudos nesse aspecto foram importantes para compreensão das relações de opressão que, especialmente, os homossexuais vivenciam. Dessa forma, fecundaram análises sobre a construção social da homofobia e sexismo.

Nesta perspectiva, Welzer-Lang (2001, p. 465) demonstra a relação entre gênero e homofobia, no qual defende que,

O masculino, as relações entre homens são estruturadas na imagem hierarquizada das relações homens/mulheres. Aqueles que não podem provar que “têm” [Novamente aqui o fetichismo fálico da virilidade.]⁶ são ameaçados de serem desclassificados e considerados como os dominados, como as mulheres. Dir-se-á deles que “eles são como elas”. [...] Frequentemente, eles são apenas colocados na posição da “empregada” e devem assumir o serviço daqueles que os controlam, particularmente o trabalho doméstico (limpeza da célula, da roupa...) e os serviços sexuais. [...]É então nessa perspectiva que eu propus que se definisse a homofobia como a *discriminação contra as pessoas que mostram, ou a quem se atribui, algumas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao outro gênero*. A homofobia engessa as fronteiras do gênero. (WELZER-LANG, 2001, p. 465).

A análise de Welzer-Lang (2001) comprova a importância dos estudos de gênero para compreender as relações sociais que se traduzem na homofobia. Sua proposta consiste em perceber que a homofobia decorre da negação dos papéis construídos em torno do feminino (passividade, afeto, cuidado) e do masculino (virilidade, força), demonstrando que a homofobia é um aspecto a ser considerado na delimitação e vigilância das fronteiras entre o ser homem e o ser mulher. Ou seja, a homofobia como uma forma de preconceito às pessoas que apresentam (ou que lhe são atribuídas) características construídas e impostas ao sexo oposto. Nesta mesma direção, Borrillo (2010, p. 90) afirma que a homofobia é um componente da identidade masculina, atuando como uma “guardiã do diferencialismo sexual”.

Por fim, e não menos importante, o último fator que pretendemos destacar exprime ampliação da produção teórica em torno das relações de gênero. Apesar de todas as contradições já apresentadas no decorrer deste trabalho, a ampliação destes

⁶ Nota do autor.

estudos no ambiente universitário/acadêmico - na graduação e pós-graduação, proporciona, em alguma medida, a visibilidade desta forma de compreender as relações sexuais.

Podemos dizer que os estudos de gênero se inserem numa tentativa de “sexuação” da ciência, que ao reclamar a existência de sujeitos invisíveis na produção do conhecimento, afirma que atais sujeitos merecem, além do reconhecimento, respostas às problemáticas vivenciadas por estas/as. Estes sujeitos são explicitamente mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros e travestis.

Löwy (2009) destaca que a ciência foi construída a partir da dicotomia “masculino e feminino”, do qual as mulheres sempre foram rechaçadas na produção do conhecimento científico. Ela destaca que a reflexão sobre gênero e ciências se iniciou na década de 1970 com a ascensão do movimento feminista e da ampliação dos estudos no campo da sociologia e da cultura.

No que diz respeito às *limitações* que se impõem a partir do uso da categoria gênero, dialoga-se prioritariamente com Saffioti (2004), Cisne (2012; 2013), Falquet (2003), Mathieu (2009), Alvarez (2000), Castro (2001) entre outras.

A primeira hipótese que exprime limitações no uso do conceito de gênero, parte do pressuposto que o movimento feminista tem um sujeito específico: as mulheres. O movimento feminista se forjou a partir do reconhecimento da inferioridade que as mulheres viviam em relação aos homens, ou seja, há necessariamente um vínculo orgânico entre o movimento e a categoria mulher. Sem auto-organização das mulheres não há movimento feminista, do mesmo modo que, sem explicitar os sujeitos que estão imbricados nestas relações, o movimento feminista assume vários riscos, podendo cair em equívocos de estratégias e táticas.

Scott (1989) defende a validade do “gênero” enquanto categoria analítica, pois esta seria mais apropriada para o estudo das relações entre homens e mulheres em detrimento ao chamado “*Woman’s Studies*”. Para ela, os estudos sobre mulheres eram estreitos e isolados, levando muitas teóricas optarem pelos estudos de gênero.

Uma crítica pertinente à substituição da categoria “mulher” é apresentada por Mathieu (2009, p. 227), o perceber que “[...] o termo ‘gênero’ isolado tende a ocultar que o ‘sexo’ [...] funciona efetivamente como parâmetro na variabilidade das relações sociais concretas e das elaborações simbólicas [...] sem dúvidas há os gêneros ‘homem-mulher’, mas na base inferior da escala do gênero há fêmeas: sexo social mulher”.

Para Cisne (2013, p. 115-116), há impactos decorrentes do uso demasiado da categoria gênero,

A começar pela ocultação que muitas vezes promove ao sujeito político mulher, especialmente, quando não é utilizado de forma associada ao patriarcado e/ou a categoria mulher, a qual os “estudos de gênero”, substituiu em grande medida. Isso provoca um sério problema político em termos de desdobramentos para o feminismo, afinal, **não podemos, em nenhuma situação, ocultar o seu sujeito político central: a mulher, sem o qual o movimento feminista perde o seu sentido e dilui o seu propósito.** [...] Com o advento do conceito de gênero, a categoria mulher, de acordo com Piscitelli (2002, p. 7) ⁷: “passou a ser quase execrada por uma geração para a qual o binômio feminismo/’mulher’ parece ter se tornado símbolo de enfoques ultrapassados”. (CISNE, 2013, p. 115-116).

A ocultação do sujeito estratégico da luta feminista está atrelada ao desuso da categoria patriarcado enquanto sistema de opressão. Essa movimentação teórico-política se vincula ao contexto em que há um redimensionamento da noção de “poder” por parte dos autores do campo da pós-modernidade. Tais contributos pressupõem uma fragmentação do poder na sociedade que indicando a inexistência de um poder hegemonicamente universal ou global, tal como o patriarcado enquanto sistema enovelado ao racismo e ao capitalismo.

Desse modo, a segunda hipótese que destacamos acerca dos limites da categoria gênero assenta-se na impossibilidade da categoria explicitar, por si mesma, relações de exploração/dominação.

De acordo com Mathieu (2009, p. 227),

[...] as análises feministas mostram que o funcionamento do gênero, incluindo as estruturas sociocognitivas é hierárquico. Mas o termo continua a ser usado pela maioria das pessoas como uma categorização *inofensiva*. Falar de *gender studies* é então bem menos comum (ou ‘particularista’) do que *woman’s studies* ou *gay and lesbian studies*, e parece mais tranquilo (ou objetivo) do que *feminist studies*. Isso permite estudar os aspectos simbólicos e ideológicos do masculino e do feminino, sem referência à opressão do sexo feminino. (MATHIEU, 2009, p. 227).

Saffioti (2004, p. 45) de forma objetiva afirma que “[...] o conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida”. Desse modo, percebemos que as análises de gênero se desenvolveram descolados da concepção do patriarcado, por exemplo, passaram a realizar estudos em que não necessariamente é imputado aos homens o papel que cumpre neste sistema, seja na dominação ou nos benefícios que este se apropria, consciente ou inconscientemente.

Contudo, Saffioti (2004, p. 138) afirma que,

⁷ Cisne (2013) se remete ao mesmo texto de Piscitelli (2001) utilizado neste trabalho. Ver citação ao final deste trabalho nas referências bibliográficas.

Não se trata de abolir o uso do gênero, mas de eliminar sua utilização exclusiva. Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função da sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão. O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero [...] só se aplica numa fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando propositadamente explícito o vetor da dominação-exploração. (SAFFIOTI, 2004, p. 138).

Cisne (2013) ainda destaca outro elemento complementado a análise de Saffioti (2004). Para ela, fora do contexto acadêmico o conceito de gênero tem “baixo nível de compreensão”. A autora afirma que os estudos de gênero tiveram grande inserção nas universidades, o que não significa que estiveram vinculados aos movimentos e lutas feministas.

Por último, a terceira hipótese sustentada neste trabalho apreende a problemática do crescente uso da categoria gênero nas políticas públicas, especialmente aquelas financiadas pelos organismos internacionais como nos mostra Falquet (2003).

De acordo com Azevedo e Hoyer (2011, p. 106-107) “[...] é crescente a atenção conferida aos temas da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres no sistema das Nações Unidas”. Contudo, apontam que existem algumas questões que são pontos de maior divergência e aceitação no âmbito das Nações Unidas, a saber, “[...] as obrigações internacionais em matéria de igualdade de gênero, saúde reprodutiva, identidade de gênero, formas múltiplas de discriminação, entre outros, costumam ser objeto de maior escrutínio e, quase sempre encontram resistências” (AZEVEDO; HOYER, 2011, p. 108).

Esses autores compreendem que os empecilhos a determinadas discussões estão relacionados à natureza cultural e religiosa, que mesmo de maneira implícita tenciona os debates. Por isso, diante de tais discussões, tem sido requisitada certa “flexibilidade negociadora”.

A questão da mulher, mais atualmente da igualdade de gênero, tem sido pauta de alguns encontros e conferências da ONU desde sua criação em 1945. Viotti e Brichta (2011) resgatam o papel de Bertha Lutz, brasileira e militante feminista do movimento sufragista, que participou da delegação do Brasil na Conferência de São Francisco, no qual repercutiu na criação em 1947 da Subcomissão sobre a situação da mulher.

Desde período aos dias atuais, foram muitas conferências realizadas em âmbito mundial para debaterem a situação da mulher (Cidade do México – 1975; Copenhague –

1980; Nairobi – 1985 e Beijing – 1995). Para Viotti e Brichta (2011) o mais recente avanço está relacionado à criação do ONU-Mulheres em 2010.

Falquet (2013) demonstra preocupação com a atuação dos organismos internacionais, dentre estes, a ONU, o FMI e o Banco Mundial no que diz respeito à noção de desenvolvimento e integração das mulheres. Para Falquet (2003, p. 19), essa situação se expressa muitas vezes numa relação de cooptação do movimento feminista, numa “[...] crescente influencia – ideológica e prática – da ONU sobre o movimento mulheres e as reflexões feministas”⁸.

No que diz respeito aos impactos no movimento feminista em relação ao conjunto de conferências realizadas pela ONU, Falquet (2013, p. 19) afirma que “[...] o fenômeno mais interessante que observamos é como a ONU conseguiu pouco a pouco absorver as atividades das organizações de mulheres em suas próprias conferências”⁹. Para ela, participar dessas conferências implicou preparações no âmbito do movimento feminista, não só do ponto de vista organizativo, como também das próprias pautas, tendo em vista que os temas das conferências não são definidos pelos movimentos sociais. Assim, a autora aponta a questão da autonomia do movimento feminista, que no âmbito da relação com a ONU e com os Estados Nacionais se torna cada vez mais complexa.

Alvarez (2000) demonstra preocupação com a incorporação de políticas de igualdade de gênero no âmbito dos Estados Nacionais e dos Organismos Multilaterais Internacionais, identificando que estes se encontram mais aberto às políticas de equidade de gênero. Analisando a situação da América Latina, Alvarez (2000, p. 13-14) verifica que,

Presenciamos, nos anos 90, uma verdadeira avalanche de políticas aparentemente bonitinhas, pró-gênero, com a criação, [...] de instituições específicas para as mulheres, leis de quotas, leis antiviolação [...]. Aparentemente, as políticas dirigidas às mulheres estão entre aquelas atualmente em moda nos governos latino-americanos que buscam realizar suas aspirações de modernidade no mercado global. (ALVAREZ, 2000, p. 13-14).

Nesta direção, Sanchez (1996, p. 58) *apud* Alvarez (2000, p. 14-15) faz a seguinte reflexão:

⁸ Tradução nossa. Texto original: “[...] creciente influencia – ideológica y práctica – de la ONU sobre el movimiento de mujeres y la reflexión feminista”.

⁹ Tradução nossa. Texto original: “[...] el fenómeno más interesante de observar es cómo la ONU consiguió poco a poco absorber las actividades de las organizaciones de mujeres em sus propias conferencias”.

Agora a perspectiva é gênero. [...] é claro que, politicamente, ‘violência de gênero’ não tem o mesmo significado ou impacto de ‘violência sexual’. Em vez de programas para as mulheres, falamos de programa de gênero. O choque, a confrontação ideológica se mitiga fazendo uso de uma categoria analítica que não aparece comprometida existencial ou politicamente. (SANCHEZ, 1996, p. 58 *apud* ALVAREZ, 2000, p. 14-15).

A substituição da categoria mulher pela categoria gênero, além de uma conotação mais palatável para estas políticas, impõe uma perspectiva cada vez mais “genérica” do seu foco e locus de atuação. Essas concessões no âmbito das políticas públicas não são tão simples, muito menos maniqueístas. Isso não significa que toda e qualquer política pública que use o termo gênero esteja reproduzindo uma lógica de invisibilidade das mulheres. O que estamos observando é justamente os momentos em que gênero ao substituir a categoria mulher impõe retrocessos nas lutas feministas e contribui para desviar o foco da opressão que é estrutural.

Além disso, de acordo com Alvarez (2000), praticamente se tornou uma obrigação à utilização do conceito de gênero nos projetos e políticas, contudo, cada vez menos apresentam compromissos concretos e financiamentos adequados.

Guzmán (2000, p. 67), ao analisar os avanços do ponto de vista da incorporação do gênero nas políticas públicas aponta que “[...] não se construiu a noção de equidade de gênero nem se analisou adequadamente o caráter sistêmico das relações sociais entre homens e mulheres, bem como não se aprofundou a análise da articulação destas com outros sistemas de relações sociais”.

Pressupomos, de acordo com os debates já apresentados, que gênero, enquanto marcador da diferença entre homens e mulheres e das relações de poder decorrentes, só tem sentido se associado ao patriarcado. Contudo, a categoria gênero utilizada em sua dimensão materialista-ontológica, ou seja, o seu reconhecimento enquanto categoria “geral” ou “genérico-humana” que expressa à lógica do desenvolvimento histórico do ser social levando em conta as particularidades das relações entre os sexos não deve ser invalidada. Ao contrário, é necessário construir caminhos que aprofundem esta discussão visando recuperar na totalidade do ser social que se expressa nas suas dimensões orgânicas, inorgânica e social.

As análises que desviam o foco das lutas feministas (e das lutas da classe trabalhadora) com o processo de ocultamento da categoria mulher e do sujeito histórico agente da opressão – o homem; devem, portanto, ser explicitamente problematizadas, visando à construção de um conhecimento socialmente referenciado que tem como objetivo transformar a realidade.

Conclusões

É necessário enfatizar que sem a existência de um sujeito coletivo que reivindicasse o fim da opressão, provavelmente não existira os estudos de gênero. A emergência da categoria gênero, permeada por divergência, é notadamente marcada pelas influências dos estruturalistas, no qual Gayle Rubin (1996) foi fundamental. O marxismo produziu análises vigorosas, na qual privilegamos a contribuição da Heleieth Saffioti, numa clara interlocução com o método materialista histórico dialético.

A postura de não identificar as relações de gênero com as relações de classe, numa perspectiva dinâmica e articulada, pode ser caracterizada como uma das principais divergências entre as teóricas do campo marxista/materialista das teóricas feministas pós-estruturalistas.

Verifica-se que existem limites e possibilidades no uso da categoria gênero. Assim, identificamos simultaneamente aspectos que contribuíram para avançar quanto pra retroceder, no âmbito da compreensão das relações sociais e das lutas feministas que se propõem a romper com a dominação/exploração capitalista e patriarcal. Estas análises carecem de maior aprofundamento, contudo, é possível destacar a que a categoria gênero possibilitou uma generalização da crítica aos pressupostos biologizantes das desigualdades entre os sexos, maior aprofundamento teórico-político no campo da masculinidade e da opressão em decorrência da orientação sexual e todo um processo desencadeado pela ampliação da produção teórico que pode ser apreendido sobre o enfoque de sexuação da ciência.

Entretanto, há também seus limites e/ou retrocessos que impactaram especialmente nas lutas sociais e movimentos feministas. Primeiro porque gênero é uma palavra polissêmica, excessivamente genérica e que por si só não remete a relações de opressões. Segundo porque a categoria gênero invisibiliza a categoria mulher, ou seja, desfoca a o sujeito das lutas feministas, na mesma proporção em que contribuiu, a depender da abordagem, para uma naturalização do sexo, em detrimento a construção social. Por fim, ainda a categoria tem sido capturada pelos organismos internacionais no financiamento de políticas públicas de igualdade de gênero que rebatem diretamente na autonomia dos movimentos feministas Alvarez (2000) Falquet (2003).

Portanto, a categoria gênero é permeada por contradições que demarcam os limites e as possibilidades do seu uso. Em nosso trabalho, apontamos que a utilização da categoria gênero associada ao patriarcado, conforme Saffioti (2004), em tese, consegue

historicizar a categoria sexo e com isso, demarcar explicitamente as relações de poder. Contudo, o uso generalizado do gênero (ou o seu abandono por algumas correntes pós-estruturalistas que negam sexo e gênero) pode “[...] dar margem a posturas cínicas de descomprometimento com a barbárie atual do capitalismo atual, via uma postura *blasé*, de indiferença e distanciamento, ou por ocultamento de contradições, explorações de classe ao insistirem no abstrato [...] sem nomear poderes e privilégios de classe ou de raça” (CASTRO, 2001).

Nesta direção, é essencial resgatar as contribuições da análise de Saffioti (2004) da “ordem patriarcal de gênero” e das feministas materialistas francesas acerca das “relações sociais de sexo”, pois julgamos que estas duas formas de encarar a problemática das relações sociais entre homens e mulheres conseguem apontar para uma perspectiva verdadeiramente emancipadora.

Referências

AZEVEDO, Maria N. F; HOYER, Franklin R. A igualdade de gênero e os direitos humanos das mulheres. *In: MUNDO Afora: políticas de promoção da igualdade de gênero*. Número 7. Brasília: Ministério das relações exteriores, 2011.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, Feminismos e feminismo marxista. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v. 11, p. 98-108, 2001.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. 409 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FALQUET, Jules. Mujeres, feminismo y desarrollo: un análisis crítico de las políticas de las instituciones internacionales. **Desacatos**, n. 11, p. 13-35, 2003.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÖWY, Ilana. Ciências e Gênero. *In*: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

PISCITELLI, Adriana. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. *In*: AGUIAR, Neuma (orgs.). **Gênero e Ciências Humanas**: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos. 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1996.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989.

SIMIONATO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. *In*: **SERVIÇO Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

VINOTTI, Maria L. R.; BRICHTA, Daniella Poppius. Nações Unidas: uma perspectiva de gênero. *In*: **MUNDO Afora**: políticas de promoção da igualdade de gênero. Número 7. Brasília: Ministério das relações exteriores, 2011.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Tradução de Miriam Pillar Grossi. **Estudos Feministas**, n. 15, p. 460-482, 2000.